



# SUMÁRIO

<b>1. DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>27</b>
1.1. Noções Gerais .....	27
1.2. Conceito .....	28
1.3. Codificação.....	29
1.4. Fontes.....	30
1.4.1. Lei.....	30
1.4.2. Jurisprudência.....	31
1.4.3. Regulamento administrativo .....	32
1.4.4. Doutrina .....	32
1.4.5. Costume.....	33
1.5. Sistemas Administrativos.....	34
1.5.1. Sistema de Jurisdição Única .....	34
1.5.2. Sistema do Contencioso Administrativo .....	35
1.5.3. Sistema Administrativo Brasileiro .....	36
1.6. Regime jurídico-administrativo .....	37
1.7. A Função Administrativa.....	39
1.8. Exercícios de fixação.....	40
Gabarito .....	42
<b>2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>43</b>
2.1. Princípios expressos na CF/88 .....	44
2.1.1. Princípio da legalidade .....	45
2.1.2. Princípio da impessoalidade.....	47
2.1.3. Princípio da moralidade administrativa .....	50
2.1.4. Princípio da publicidade .....	52
2.1.4.1. Lei de Acesso à Informação.....	54
2.1.5. Princípio da eficiência .....	57
2.2. Princípios reconhecidos .....	58
2.2.1. Princípio da supremacia do interesse público.....	58
2.2.2. Princípio da autotutela .....	60

2.2.3.	Princípio da indisponibilidade .....	62
2.2.4.	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	63
2.2.5.	Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	65
2.2.6.	Princípio da segurança jurídica.....	66
2.2.7.	Princípio da motivação.....	67
2.2.8.	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	68
2.2.9.	Princípio da finalidade .....	70
2.3.	Exercícios de fixação.....	71
	Gabarito .....	76
<b>3.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>77</b>
3.1.	Noções de Estado .....	77
3.1.2.	Poderes do Estado .....	79
3.2.	Noções de Governo.....	80
3.3.	Administração Pública .....	81
3.4.	Organização administrativa.....	83
3.4.1.	Pessoas políticas e entidades administrativas.....	83
3.4.2.	Centralização e descentralização.....	84
3.4.3.	Desconcentração administrativa.....	87
3.5.	Administração direta.....	87
3.6.	Administração indireta .....	88
3.6.1.	Regime jurídico .....	90
3.6.2.	Autarquia.....	91
3.6.2.1.	Conceito.....	92
3.6.2.2.	Criação e extinção .....	92
3.6.2.3.	Natureza jurídica .....	93
3.6.2.4.	Objeto.....	93
3.6.2.5.	Patrimônio.....	94
3.6.2.6.	Regime de pessoal.....	94
3.6.2.7.	Prerrogativas das autarquias .....	96
3.6.2.8.	Autarquias profissionais .....	99
3.6.2.9	Autarquias sob regime especial .....	100
3.6.2.10.	Consórcios públicos .....	108
3.6.3.	Fundações públicas .....	112
3.6.3.1.	Conceito.....	112
3.6.3.2.	Natureza jurídica .....	113
3.6.3.3.	Objeto.....	114
3.6.3.4.	Criação e extinção .....	115
3.6.3.5.	Regime jurídico.....	116

3.6.4.	Empresas estatais.....	119
3.6.4.1.	Empresa pública.....	121
3.6.4.2.	Sociedade de economia mista .....	122
3.6.4.3.	Criação e extinção de empresas públicas e sociedades de economia mista.....	122
3.6.4.4.	Regime jurídico.....	123
3.6.4.5.	Regime de pessoal.....	126
3.6.4.6.	Falência .....	127
3.6.4.7.	Licitação .....	127
3.6.4.8.	Traços distintivos entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	128
3.7.	Exercícios de fixação.....	131
	Gabarito .....	137
<b>4.</b>	<b>ÓRGÃOS PÚBLICOS.....</b>	<b>139</b>
4.1.	Órgãos públicos.....	139
4.2.	Criação e extinção .....	142
4.3.	Capacidade para estar em juízo.....	143
4.4.	Classificação dos Órgãos Públicos.....	144
4.4.1.	Quanto à posição hierárquica (órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos).....	145
4.4.2.	Quanto à estrutura (órgãos simples e compostos) .....	146
4.4.3.	Quanto à atuação funcional (órgãos singulares e colegiados).....	146
4.5.	Exercícios de fixação.....	147
	Gabarito .....	150
<b>5.</b>	<b>AS ENTIDADES PARAESTATAIS.....</b>	<b>151</b>
5.1.	Introdução.....	151
5.2.	Serviços Sociais Autônomos.....	152
5.3.	Organizações Sociais.....	155
5.4.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	157
5.5.	Traços distintivos entre as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) .....	160
5.6.	Exercícios de fixação.....	161
	Gabarito .....	164
<b>6.</b>	<b>PODERES DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS.....</b>	<b>165</b>
6.1.	Introdução.....	165

6.2.	Abuso de Poder .....	167
6.2.1.	Excesso de poder .....	168
6.2.2.	Desvio de finalidade.....	168
6.3.	Poderes administrativos em espécie.....	169
6.3.1.	Poder vinculado.....	169
6.3.2.	Poder discricionário.....	170
6.3.3.	Poder hierárquico.....	172
6.3.4.	Poder disciplinar .....	175
6.3.5.	Poder regulamentar .....	178
6.3.5.1.	Decreto autônomo.....	181
6.3.6.	Poder de polícia .....	182
6.3.6.1.	Distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária .....	184
6.3.6.2.	Delegação dos atos de polícia.....	185
6.3.6.3.	Atributos do Poder de Polícia.....	188
6.4.	Exercícios de fixação.....	191
	Gabarito .....	198
<b>7.</b>	<b>ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>199</b>
7.1.	Introdução.....	199
7.2.	Conceito .....	200
7.3.	Requisitos dos Atos Administrativos .....	201
7.3.1.	Competência .....	202
7.3.2.	Finalidade.....	205
7.3.3.	Forma.....	207
7.3.4.	Motivo.....	209
7.3.4.1.	Distinção entre motivo e motivação .....	209
7.3.4.2.	Teoria dos motivos determinantes.....	211
7.3.5.	Objeto .....	213
7.4.	Mérito do Ato Administrativo .....	214
7.5.	Atributos do Ato Administrativo .....	218
7.5.1.	Presunção de Legitimidade .....	218
7.5.2.	Imperatividade.....	219
7.5.3.	Autoexecutoriedade.....	220
7.5.4.	Tipicidade.....	221
7.6.	Classificação dos Atos Administrativos.....	221
7.6.1.	Quanto aos destinatários (atos individuais e gerais) .....	221
7.6.2.	Quanto ao alcance (atos internos e externos) .....	222
7.6.3.	Quanto ao seu regramento (atos vinculados e discricionários) .....	223

7.6.4.	Quanto à formação (atos simples, complexos e compostos)	225
7.6.5.	Quanto ao seu objeto (atos de império, de gestão e de expediente) .....	227
7.6.6.	Quanto aos efeitos (atos constitutivos, extintivos, modificativos, declaratórios e enunciativos).....	228
7.6.7.	Quanto à eficácia (atos válidos, nulos, anuláveis e inexistentes).....	229
7.6.8.	Quanto à exequibilidade (atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados).....	230
7.7.	Espécies de Atos Administrativos.....	232
7.7.1.	Atos ordinatórios .....	232
7.7.2.	Atos negociais.....	232
7.8.	O Regulamento administrativo.....	233
7.9.	Extinção dos Atos Administrativos.....	238
7.9.1.	Anulação.....	238
7.9.1.1.	Competência para anular .....	239
7.9.1.2.	Efeitos da anulação.....	240
7.9.2.	Revogação.....	242
7.9.2.1.	Competência para revogar .....	244
7.9.2.2.	Efeitos da revogação.....	245
7.9.3.	Cassação .....	245
7.10.	Convalidação .....	246
7.10.1.	Convalidação tácita.....	247
7.11.	Exercícios de fixação.....	248
	Gabarito .....	260
8.	<b>AGENTES PÚBLICOS .....</b>	261
8.1.	Agentes políticos .....	262
8.2.	Servidores públicos .....	263
8.2.1.	Servidores estatutários.....	264
8.2.2.	Empregados públicos.....	264
8.2.3.	Servidores temporários.....	265
8.3.	Militares.....	266
8.4.	Particulares em colaboração com o Poder Público .....	267
8.4.1.	Agentes delegados .....	267
8.4.2.	Agentes honoríficos .....	268
8.4.3.	Agentes credenciados .....	269
8.5.	Terceirização.....	269
8.6.	Regime constitucional dos Servidores Públicos.....	272
8.6.1.	Acessibilidade a funções, cargos e empregos públicos.....	272

8.6.2.	O concurso público.....	273
8.6.2.1.	Aplicação da teoria da perda de uma chance em sede de concurso público.....	276
8.6.3.	Exceções à obrigatoriedade do concurso público .....	276
8.6.4.	Prazo de validade do concurso.....	277
8.6.4.1.	Direito subjetivo à nomeação .....	278
8.6.5.	Pessoas portadores de deficiências – reserva de vagas.....	280
8.6.5.1.	Cotas para negros ou pardos em concursos públicos.....	281
8.6.6.	Contratação temporária .....	281
8.6.7.	Cargos em comissão e funções de confiança.....	283
8.6.8.	Liberdade de associação sindical.....	286
8.6.9.	Direito de greve dos servidores públicos .....	286
8.6.10.	A remuneração dos agentes públicos .....	288
8.6.11.	Proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	295
8.6.12.	Regras relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos .....	300
8.6.13.	Estabilidade .....	302
8.6.14.	Estágio probatório.....	307
8.6.15.	Regime previdenciário do servidor público .....	308
8.6.15.1.	Aposentadoria.....	311
8.6.15.2.	Pensão por morte.....	323
8.7.	Regime legal dos Servidores Públicos Federais.....	325
8.7.1.	Cargos e funções públicas .....	327
8.7.2.	Provimento.....	328
8.7.2.1.	Nomeação .....	328
8.7.2.2.	Promoção.....	329
8.7.2.3.	Readaptação.....	330
8.7.2.4.	Reversão .....	330
8.7.2.5.	Aproveitamento.....	331
8.7.2.6.	Reintegração.....	332
8.7.2.7.	Recondução .....	332
8.7.3.	Posse.....	333
8.7.4.	Exercício .....	334
8.7.5.	Estágio probatório.....	335
8.7.6.	Desligamento do cargo público.....	337
8.7.7.	Vacância .....	338
8.7.8.	Remoção .....	339
8.7.9.	Redistribuição .....	341

8.7.10.	Substituição.....	341
8.7.11.	Direitos e vantagens dos servidores.....	342
8.7.11.1.	Vencimento e remuneração.....	342
8.7.11.2.	Indenizações.....	344
8.7.11.3.	Retribuições, gratificações e adicionais .....	347
8.7.12.	Férias.....	351
8.7.13.	Licenças .....	353
8.7.13.1.	Licença por motivo de doença em pessoa da família.....	353
8.7.13.2.	Licença por motivo de afastamento do cônjuge...	354
8.7.13.3.	Licença para o serviço militar .....	354
8.7.13.4.	Licença para atividade política .....	355
8.7.13.5.	Licença para capacitação .....	356
8.7.13.6.	Licença para tratar de interesses particulares.....	356
8.7.13.7.	Licença para o desempenho de mandato classista	357
8.7.14.	Afastamentos .....	357
8.7.14.1.	Afastamento para servir a outro órgão ou entidade .....	357
8.7.14.2.	Afastamento para exercício de mandato eletivo ..	358
8.7.14.3.	Afastamento para estudo ou missão no exterior..	359
8.7.14.4.	Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país .....	359
8.7.15.	Concessões .....	360
8.7.16.	Horário especial para servidor estudante ou portador de deficiência.....	360
8.7.17.	Regime disciplinar.....	362
8.7.17.1.	Deveres.....	362
8.7.17.2.	Proibições .....	362
8.7.17.3.	Responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor.....	364
8.7.17.4.	Penalidades.....	365
8.7.17.5.	Processos de natureza disciplinar.....	370
8.7.17.6.	Revisão do processo .....	380
8.7.18.	Benefícios do servidor .....	381
8.7.18.1.	Auxílio-natalidade.....	381
8.7.18.2.	Salário-família.....	381
8.7.18.3.	Licença para tratamento de saúde.....	382
8.7.18.4.	Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade .....	383
8.7.18.5.	Licença por acidente em serviço.....	384

8.7.18.6. Auxílio-funeral.....	384
8.7.18.7. Auxílio-reclusão.....	384
8.8. Exercícios de fixação.....	385
Gabarito .....	400
<b>9. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO..</b>	<b>401</b>
9.1. Introdução e conceito.....	401
9.2. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva.....	403
9.3. Evolução histórica da Responsabilidade Civil do Estado .....	404
9.3.1. Teoria da irresponsabilidade .....	404
9.3.2. Teoria da responsabilidade com culpa.....	405
9.3.3. Teoria da culpa administrativa.....	407
9.3.4. Teoria da responsabilidade objetiva .....	408
9.3.4.1. A teoria do risco administrativo como fundamento para a responsabilidade objetiva do Estado .....	409
9.4. A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado no Direito Brasileiro.....	411
9.4.1. Requisitos da responsabilidade objetiva do Estado.....	415
9.4.2. Hipóteses que excluem a responsabilidade estatal .....	417
9.4.2.1. Força maior e caso fortuito .....	417
9.4.2.2. Culpa da vítima.....	420
9.4.2.3. Ato de terceiro .....	421
9.4.3. A responsabilidade civil do Estado nos casos de omissão.....	422
9.4.4. Responsabilidade primária e subsidiária .....	430
9.4.5. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos .....	432
9.4.6. Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais.....	433
9.4.7. A reparação do dano.....	435
9.4.7.1. Prescrição.....	436
9.4.8. Responsabilidade do agente público: direito ou dever de regresso do Estado? .....	438
9.5. Exercícios de fixação.....	441
Gabarito .....	447
<b>10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>449</b>
10.1. Introdução e conceito.....	449
10.2. Espécies de controle.....	450
10.2.1. Quanto à origem (controle interno e externo).....	450
10.2.2. Quanto ao momento de exercício (controle prévio, concomitante e posterior) .....	451

10.2.3.	Quanto ao objeto (controle de legalidade e controle de mérito).....	451
10.2.4.	Quanto à amplitude (controle hierárquico e finalístico).....	453
10.3.	Controle administrativo.....	453
10.3.1.	Instrumentos de controle administrativo .....	455
10.3.1.1.	Direito de petição .....	455
10.3.1.2.	Recursos administrativos.....	456
10.3.2.	Prazos extintivos.....	464
10.3.2.1.	Prazos extintivos para os administrados .....	465
10.3.2.2.	Prazos extintivos para a Administração .....	466
10.3.3.	Irretratabilidade administrativa (coisa julgada administrativa).....	468
10.4.	Controle legislativo .....	469
10.4.1.	Controles político e financeiro .....	470
10.4.2.	Hipóteses de controle político.....	470
10.4.2.1.	Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....	472
10.4.3.	Hipóteses de controle financeiro .....	473
10.5.	Controle jurisdicional.....	475
10.5.1.	<i>Habeas corpus</i> .....	477
10.5.1.1.	Espécies .....	478
10.5.1.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	478
10.5.1.3.	Punições disciplinares militares .....	479
10.5.2.	<i>Habeas data</i> .....	479
10.5.2.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	480
10.5.2.2.	Procedimento.....	481
10.5.2.3.	Competência .....	481
10.5.3.	Mandado de segurança.....	482
10.5.3.1.	Direito líquido e certo.....	483
10.5.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	484
10.5.3.3.	Procedimento.....	485
10.5.3.4.	Mandado de segurança coletivo .....	486
10.5.4.	Mandado de injunção.....	487
10.5.4.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	488
10.5.4.2.	Evolução jurisprudencial.....	489
10.5.5.	Ação popular.....	491
10.5.5.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	492
10.5.5.2.	Competência .....	494
10.5.6.	Ação civil pública .....	495
10.5.6.1.	Legitimidade ativa e passiva.....	496

10.5.7. Ação de improbidade administrativa .....	497
10.5.7.1. Agentes políticos.....	499
10.5.7.2. Atos de improbidade.....	499
10.5.7.3. Procedimento.....	503
10.5.7.4. Dolo, culpa e improbidade administrativa: reflexão.....	506
10.6. Exercícios de fixação.....	507
Gabarito .....	512
<b>11. LICITAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>513</b>
11.1. Introdução.....	513
11.2. Conceito .....	514
11.3. Natureza Jurídica .....	514
11.4. A licitação no ordenamento jurídico brasileiro.....	515
11.5. Destinatários do Estatuto de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93)	516
11.6. Princípios da Licitação .....	518
11.6.1. Princípios básicos.....	518
11.6.1.1. Princípio da legalidade.....	518
11.6.1.2. Princípio da impessoalidade .....	519
11.6.1.3. Princípio da igualdade .....	519
11.6.1.4. Princípios da moralidade e probidade administrativa .....	521
11.6.1.5. Princípio da publicidade.....	522
11.6.1.6. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	523
11.6.1.7. Princípio do julgamento objetivo.....	524
11.6.2. Princípios correlatos .....	524
11.6.2.1. Princípio do sigilo das propostas.....	524
11.6.2.2. Princípio do formalismo .....	525
11.6.2.3. Princípio da competitividade.....	525
11.6.2.4. Princípio do desenvolvimento sustentável .....	526
11.7. Obrigatoriedade da Licitação .....	527
11.8. Exceções à obrigatoriedade de Licitação.....	527
11.8.1. Inexigibilidade de Licitação .....	528
11.8.1.1. Fornecedor exclusivo .....	528
11.8.1.2. Serviços técnicos de natureza singular .....	530
11.8.1.3. Profissionais do setor artístico.....	532
11.8.2. Dispensa de licitação.....	533
11.9. Modalidades de Licitação.....	542
11.9.1. Concorrência .....	543

11.9.2. Tomada de preços .....	544
11.9.2.1. Registros cadastrais .....	545
11.9.3. Convite.....	546
11.9.4. Concurso .....	548
11.9.5. Leilão.....	549
11.10. Tipos de Licitação .....	550
11.11. Fases do Procedimento Licitatório (Lei n.º 8.666/93).....	552
11.11.1. A direção do processo.....	552
11.11.2. Audiência pública.....	553
11.11.3. Instrumento convocatório .....	554
11.11.4. Habilitação dos licitantes .....	556
11.11.4.1. Habilitação jurídica .....	557
11.11.4.2. Qualificação técnica .....	557
11.11.4.3. Qualificação econômico-financeira .....	557
11.11.4.4. Regularidade fiscal.....	558
11.11.4.5. Regularidade trabalhista .....	558
11.11.5. Procedimento relativo à fase de habilitação .....	559
11.11.6. Julgamento das propostas .....	560
11.11.7. Homologação.....	562
11.11.8. Adjudicação .....	563
11.12. Extinção da Licitação.....	564
11.12.1. Anulação.....	564
11.12.2. Revogação.....	565
11.13. Recursos administrativos .....	567
11.14. Tipos penais relacionados à Licitação .....	568
11.15. Modalidades de Licitação não previstas na Lei n.º 8.666/93 .....	569
11.15.1. Pregão .....	569
11.15.1.1. Aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 ao pregão.....	571
11.15.1.2. Procedimento do pregão presencial.....	571
11.15.1.3. Pregão eletrônico .....	576
11.15.2. Consulta.....	577
11.16. Registro de preços .....	578
11.17. Licitações diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte .....	579
11.18. Licitação de serviços de publicidade.....	582
11.19. Exercícios de fixação.....	583
Gabarito .....	594

<b>12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>595</b>
12.1. Introdução.....	595
12.2. Contratos da Administração Pública .....	597
12.2.1. Contrato privado da Administração .....	597
12.2.2. Contrato administrativo.....	598
12.3. Os Contratos Administrativos no Ordenamento Jurídico Brasileiro.	599
12.3.1. Interpretação dos contratos administrativos.....	600
12.4. Características dos Contratos Administrativos .....	601
12.4.1. Supremacia da Administração Pública .....	601
12.4.2. Formalismo .....	601
12.4.3. Natureza de contrato de adesão .....	602
12.4.4. Pessoalidade ( <i>intuitu personae</i> ).....	603
12.4.5. Mutabilidade .....	604
12.4.6. Presença de cláusulas exorbitantes .....	604
12.4.6.1. Alteração unilateral de contrato .....	605
12.4.6.2. Equação econômico-financeira do contrato administrativo .....	606
12.4.6.3. Rescisão unilateral do contrato.....	609
12.4.6.4. Fiscalização.....	610
12.4.6.5. Aplicação direta de penalidades .....	610
12.4.6.6. Ocupação temporária.....	612
12.4.6.7. Restrições à cláusula da exceção do contrato não cumprido .....	612
12.4.6.8. Exigência de garantia .....	614
12.5. Formalização dos Contratos Administrativos e Cláusulas Essenciais	615
12.6. Duração dos Contratos Administrativos.....	616
12.7. Inexecução do contrato .....	619
12.7.1. Inexecução culposa .....	619
12.7.1.1. Inexecução por culpa do contratado.....	620
12.7.1.2. Inexecução por culpa da Administração.....	622
12.7.2. Inexecução sem culpa .....	623
12.7.2.1. Teoria da imprevisão.....	624
12.7.2.2. Força maior e caso fortuito .....	625
12.7.2.3. Fato do princípio.....	626
12.7.2.4. Fato da Administração.....	628
12.8. Extinção do contrato .....	628
12.8.1. Adimplemento do objeto .....	629
12.8.2. Término do prazo .....	629

12.8.3. Anulação.....	629
12.8.4. Rescisão .....	631
12.8.4.1. Rescisão consensual.....	631
12.8.4.2. Rescisão administrativa .....	631
12.8.4.3. Rescisão judicial.....	632
12.9. Responsabilidade pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	632
12.10. Convênios administrativos .....	635
12.11. Exercícios de fixação.....	636
Gabarito .....	647
 <b>13. SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	 649
13.1. Introdução.....	649
13.2. Conceito .....	650
13.3. Princípios .....	651
13.3.1. Princípio da generalidade .....	651
13.3.2. Princípio da continuidade.....	651
13.3.3. Princípio da modicidade .....	654
13.3.4. Princípio da eficiência .....	654
13.3.5. Princípio da mutabilidade do regime jurídico .....	655
13.4. Classificação dos Serviços Públicos .....	656
13.4.1. Quanto à possibilidade de transferência (serviços delegáveis e indelegáveis) .....	656
13.4.2. Quanto à essencialidade (serviços essenciais e não essenciais) .....	657
13.4.3. Quanto aos destinatários (serviços gerais e individuais).....	657
13.4.4. Quanto à fruição (serviços administrativos e de utilidade pública) .....	658
13.4.5. Quanto à obrigatoriedade (serviços compulsórios e facultativos).....	658
13.5. Competência para a prestação de serviços públicos.....	659
13.5.1. Serviços de competência da União .....	659
13.5.2. Serviços de competência dos Municípios .....	660
13.5.3. Serviços de competência dos Estados.....	661
13.5.4. Serviços de competência do Distrito Federal .....	661
13.6. Remuneração dos serviços públicos .....	661
13.7. Direitos e deveres dos usuários .....	662
13.8. Execução do Serviço Público .....	664
13.8.1. Execução direta.....	664
13.8.2. Execução indireta .....	665

13.8.3.	Delegação de serviços públicos .....	666
13.8.3.1.	Concessão de serviços públicos .....	667
13.8.3.2.	Permissão de serviço público.....	686
13.8.3.3.	Autorização de serviço público.....	689
13.9.	Parcerias público-privadas (concessões especiais) .....	690
13.9.1.	Introdução e conceito .....	690
13.9.2.	Modalidades.....	691
13.9.2.1.	Concessão patrocinada .....	691
13.9.2.2.	Concessão administrativa.....	692
13.9.3.	Diretrizes aplicáveis às parcerias público-privadas .....	693
13.9.4.	Sociedade de propósito específico .....	693
13.10.	Exercícios de fixação.....	694
	Gabarito .....	701
<b>14.</b>	<b>BENS PÚBLICOS .....</b>	<b>703</b>
14.1.	Introdução.....	703
14.2.	Domínio público e domínio eminente.....	703
14.3.	Conceito .....	704
14.4.	Classificação.....	705
14.4.1.	Quanto à titularidade.....	705
14.4.2.	Quanto à destinação .....	706
14.4.2.1.	Bens de uso comum do povo .....	707
14.4.2.2.	Bens de uso especial .....	707
14.4.2.3.	Bens dominicais .....	708
14.5.	Afetação e desafetação .....	709
14.6.	Regime jurídico dos bens públicos .....	710
14.6.1.	Inalienabilidade .....	711
14.6.2.	Impenhorabilidade.....	712
14.6.3.	Imprescritibilidade.....	713
14.6.4.	Não onerabilidade .....	714
14.7.	Principais bens públicos.....	714
14.7.1.	Terras devolutas .....	714
14.7.2.	Plataforma continental .....	715
14.7.3.	Terrenos de marinha .....	716
14.7.4.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios .....	717
14.7.5.	Faixa de fronteira .....	718
14.7.6.	Ilhas .....	719
14.7.7.	Águas Públicas.....	719
14.7.8.	Terrenos reservados.....	720

14.8. Uso dos bens públicos por particulares .....	721
14.8.1. Uso comum.....	721
14.8.2. Uso privativo.....	722
14.8.2.1. Autorização de uso .....	723
14.8.2.2. Permissão de uso .....	724
14.8.2.3. Cessão de uso .....	726
14.8.2.4. Concessão de uso.....	726
14.8.2.5. Concessão de direito real de uso .....	728
14.8.2.6. Concessão de uso especial para fins de moradia..	729
14.9. Exercícios de fixação.....	731
Gabarito .....	734
 <b>15. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO .....</b>	 735
15.1. Introdução.....	735
15.2. Fundamentos da intervenção do Estado na propriedade.....	736
15.3. Modalidades de intervenção.....	739
15.3.1. Modalidades de intervenção restritiva .....	740
15.3.1.1. Servidão administrativa .....	740
15.3.1.2. Requisição administrativa .....	743
15.3.1.3. Ocupação temporária.....	745
15.3.1.4. Limitações administrativas.....	747
15.3.1.5. Tombamento.....	750
15.4. Desapropriação.....	755
15.4.1. Conceito .....	756
15.4.2. Aquisição originária de propriedade.....	756
15.4.3. Natureza jurídica.....	757
15.4.4. Pressupostos constitucionais.....	758
15.4.5. Objeto .....	760
15.4.5.1. Bens públicos.....	761
15.4.5.2. Bens das entidades da Administração Indireta ....	762
15.4.6. Competências .....	763
15.4.7. Destinatários dos bens desapropriados.....	765
15.4.8. O procedimento expropriatório e suas fases .....	766
15.4.9. Ação de desapropriação .....	767
15.4.9.1. Intervenção do Ministério Público .....	768
15.4.9.2. Contestação .....	769
15.4.9.3. Imissão provisória na posse .....	769
15.4.9.4. Prova pericial.....	771
15.4.9.5. Sentença .....	771

15.4.10. Juros moratórios e compensatórios.....	773
15.4.11. Desapropriações em espécie .....	777
15.4.11.1. Desapropriação genérica .....	777
15.4.11.2. Desapropriação para fins de reforma agrária .....	779
15.4.11.3. Desapropriação urbanística .....	783
15.4.11.4. Desapropriação confiscatória .....	784
15.4.11.5. Desapropriação quilombola.....	787
15.4.12. Institutos afins à desapropriação .....	789
15.4.12.1. Desapropriação indireta .....	789
15.4.12.2. Direito de extensão.....	791
15.4.12.3. Tredestinação .....	792
15.4.12.4. Retrocessão.....	793
15.5. Intervenção do Estado no Domínio Econômico .....	794
15.5.1. Introdução.....	794
15.5.2. Meios de intervenção.....	797
15.5.2.1. Monopólio .....	797
15.5.2.2. Repressão ao abuso do poder econômico .....	797
15.5.2.3. Controle de abastecimento.....	799
15.5.2.4. Controle de preços .....	799
15.5.2.5. Criação de empresas estatais.....	799
15.6. Exercícios de fixação .....	800
Gabarito .....	805
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>807</b>